

AS LUTAS PELA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO DO PORTUGUÊS

Hilma Ranauro

RESUMO:

O ensino da língua portuguesa, a escolarização da sua gramática, só vieram a ocorrer efetivamente a partir da reforma decretada por Pombal em 1759. A língua portuguesa é elevada ao *status* de língua nacional, por intermédio da qual deveria ser ensinado o próprio latim, que era a base de toda a escolaridade do ensino jesuítico, dominante em Portugal por quase duzentos anos.

Palavras-chave: Ensino jesuítico. Reforma de Pombal. Língua portuguesa. Ensino e escolarização.

ABSTRACT

THE STRUGGLES FOR THE INSTITUTIONALIZATION OF PORTUGUESE TEACHING

The teaching of the Portuguese language, the schooling of its grammar, only effectively took place after the reform decreed by Pombal in 1759. The Portuguese language was raised to the *status* of a national language, through which Latin itself should be taught, which it was the basis of all schooling in Jesuit education, dominant in Portugal for nearly two hundred years.

Key words: Jesuit teaching. Reform of Pombal. Portuguese language. Teaching and schooling.

1. A Companhia de Jesus

Fundada, em 1534, por Inácio de Loyola (1491-1556), a Companhia de Jesus foi reconhecida pelo papa Paulo III em 27 de Setembro de 1540, na Bula *Regimini militantis ecclesiae*.

Foi instituída com uma missão religiosa. A atuação na área da Educação veio como consequência das circunstâncias sociais e políticas do século XVI, caracterizado por divisões e conflitos dentro da Igreja, derivados da Reforma Protestante.

Surgiu para atuar em três campos: defesa e propagação da fé católica;

propagação dos ideais pedagógicos católicos nos territórios desconhecidos e atividade educativa católica e científica da juventude. Apesar de não prevista no primeiro momento, a atividade educativa tornou-se logo a principal tarefa dos jesuítas.

Com o movimento expansionista de Portugal e da Espanha, os grandes impérios da época, os jesuítas tiveram oportunidade de estar presentes, desde o primeiro momento, nos novos mundos que se abriram à atividade missionária. (FERNANDES, 2002, p.39).

A Companhia de Jesus, aliada aos colonizadores, com a expansão das fronteiras geográficas, a descoberta da América e abertura de novas rotas comerciais na Ásia, descentraliza o saber da Europa. Estes fatos, somados à pedagogia jesuítica, possibilitaram uma revolução no campo das ciências e das letras. (FERNANDES, 2002, p.40).

O crescimento da Companhia foi extremamente rápido. Expandindo-se por toda a Europa, os jesuítas multiplicaram os colégios, criaram universidades, onde se formava a elite europeia. A gratuidade do ensino da Companhia favorecia a expansão dos colégios.

1.1. A base da escolaridade do ensino jesuítico

Pelo ensino jesuítico, pretendia-se a aquisição de uma excelente expressão oral e escrita na língua latina. Embora também se dedicassem ao estudo das ciências naturais, na base de toda a escolaridade estava o ensino do Latim. O objetivo era levar os alunos a falar e a escrever em latim com desenvoltura. Os livros e apontamentos eram em latim. A língua a ser falada nas aulas, tanto pelos mestres, como pelos alunos, era exclusivamente o latim.

Por determinação da *Ratio Studiorum* (publicada em 1599), que orientava todo o ensino jesuítico, a gramática latina de Manuel Álvares, intitulada *De Institutione Grammatica Libri Tres*, publicada em 1572, era a gramática a ser adotada em todos os colégios da Companhia

“Margarida Miranda sintetiza as razões evocadas na *Ratio* para um bom conhecimento do Latim do seguinte modo: ‘quer para o avanço dos restantes campos do saber, quer para a realização dos próprios exercícios escolares, mas também para estimular a composição de livros e tratados, para recuperar a compreensão de uma das grandes fontes do cristianismo, lendo as obras dos padres da Igreja nos originais, e enfim para tratar com gente culta e, de modo geral, para comunicar entre todas as nações, já que a actividade escolar jesuítica não conhecia fronteiras nacionais’”. (MIRANDA, 2002, p.

109; apud FERNANDES, p.44).

1.2. A campanha contra o seu monopólio

O método jesuítico tinha como orientação filosófica Aristóteles (384-322 a.C.) e S. Tomás de Aquino (1227-1274).

O ensino jesuítico fundamentava-se na filosofia aristotélica, “no comentário textual, na *disputatio* entendida como simples exercício mecânico de habilidade lógico-formal e numa casuística arbitrária e probabilística”. (COUTO, 2004, p.13).

Os princípios filosóficos, epistemológicos e metodológicos do ensino jesuítico vão começar a ser postos em questão, dando-se uma inequívoca ruptura com o passado, principalmente depois das descobertas científicas na Astronomia e do uso do moderno método científico de Copérnico (1473-1543), que vão ser desenvolvidos por Kepler (1571-1630) e Galileu (1564-1642), e tiveram uma importância fulcral para o desenvolvimento das sociedades modernas. (FERNANDES, 2002, p.47).

A extinção da Companhia veio a ocorrer em 21 de Julho de 1773, por um decreto do papa Clemente XIV. Esse decreto a dissolve em todo o mundo.

Em Portugal, a reforma no ensino veio a ocorrer sob a influência, tardia, do iluminismo filosófico do séc. XVIII. As ideias e ideais iluministas centravam-se na ciência e na racionalidade crítica, caracterizado pelo questionamento filosófico, na rejeição a toda e qualquer forma de dogmatismo, especialmente o político e o religioso tradicionais.

2. A reforma de Pombal

As ideias e ideais do iluminismo filosófico do séc. XVIII tiveram grande repercussão no ensino em Portugal e na gramaticografia da língua portuguesa. O iluminista Luís António Verney, em *Verdadeiro método de estudar* (1746), combate a pedagogia dos jesuítas, que tinha como base o estudo do grego, do latim e da Retórica Clássica.

A campanha contra o monopólio da Companhia de Jesus, a cujos membros se atribuía a culpa da decadência do ensino em Portugal, culmina com a publicação de Verney. A obra de Verney, sem romper com a fé católica, leva à reforma de Pombal e promove o português ao *status* de língua nacional, por intermédio da qual deveria ser ensinado o próprio latim.

A preocupação pedagógica do Iluminismo português, que retoma as

ideias pedagógicas já existentes na Europa do século XVI (Vives, Melanchton, Petrus Ramus...), manifesta-se, na época pombalina, numa crítica radical do ensino jesuítico e dos seus procedimentos e métodos.

As reformas instituídas por Pombal (1759) foram o primeiro passo para a reforma pedagógica que veio a culminar com a reforma nos estudos superiores, em 1772. Para isso o rei D. José I teria dado um grande impulso ao ordenar, pelo Alvará Régio de 30 de setembro de 1770, que, antes de se iniciarem nos estudos da língua latina, se instruissem os alunos primeiramente na Gramática Portuguesa, por pelo menos seis meses, para o que se propunha a Gramática de Antônio José dos Reis Lobato (*Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa*), publicada em 1770.

Caberia ainda aos “Mestres da Língua Latina” a instrução dos alunos na gramática do português.

No séc. XVI e, mais especificamente, no séc. XVII, o latim era não só a língua de referência, “mas a própria metalíngua”, como bem observa Simão Cardoso. (CARDOSO, 1999, p.91). Isso pode ser observado na própria gramática da reforma pombalina.

2.1. A escolarização da gramática do português - consequências epistemológicas

Inaugura-se a autonomia da gramática portuguesa. Nessa nova fase, define-se com maior clareza a orientação da gramática do latim em função das necessidades da língua portuguesa. Não havia mais espaço para a exclusividade de obras diretamente associadas à gramática latina de Manuel Álvares. Esses trabalhos não atendiam às normas então vigentes. Estavam, pois, fora dos interesses editoriais.

A escolarização da gramática do português trouxe, como não poderia deixar de ser, consequências epistemológicas. “A normatização gramatical, lexical e ortográfica da língua portuguesa, acompanhada doravante de doutrinação em matéria linguística, instaura um novo quadro epistémico na historiografia linguística portuguesa”. (FONSECA, 2002, p. 31).

3. A orientação lógica nos estudos gramaticais

Para a normatização gramatical, lexical e ortográfica da língua portuguesa, para as novas metodologias para o seu ensino e aprendizagem, para a doutrinação em matéria linguística, para a autonomia da gramática

portuguesa na definição, com maior clareza, da orientação da gramática latina em função das necessidades da língua portuguesa, deu importante contribuição a fase de renovação filosófica do século XVIII.

É a fase da renovação filosófica, do 3º período da história da filologia portuguesa, segundo divisão de Leite de Vasconcelos. (VASCONCELOS, 1929, p.871).

Enfatiza-se a orientação lógica nos estudos gramaticais, na busca das razões da prática e do uso. À gramática não caberia ser somente o registro de regras, normas e preceitos com base no *uso* simplesmente: não mais o uso como o único mestre das línguas, como apregoava Vaugelas (*Remarques sur la Langue Française* – 1647), ideia que predominou até a primeira metade do séc. XVII, em que a gramática era concebida como o registro dos usos, dos “bons usos”, a serem estabelecidos com base na “qualidade” ou qualificação dos usuários; não mais o uso por si mesmo, mas a procura de seu fundamento racional.

3.1. A Gramática de Port Royal

Nas gramáticas das línguas modernas do século XVI em diante, encontram-se “a orientação lógica e a intenção do ‘certo e errado”, num tipo de estudo ‘híbrido’, posto que filosófico e linguístico, “a que os gregos chamaram de *lógica*”, que teria surgido, explica Mattoso Câmara, da necessidade “de tornar a linguagem um instrumento eficiente para o pensamento filosófico e de disciplinar o pensamento através do disciplinamento da linguagem”. (CAMARA JR., 1975, p.25 e p.11, respectivamente).

Para essa vertente logicista deu contribuição decisiva a publicação ainda no século XVII (1660), da *Grammaire Générale et Raisonnée*¹, a Gramática de Port-Royal, como passou a ser conhecida, escrita por Claude Lancelot e Antoine Arnauld².

O auge da orientação lógica nos estudos gramaticais encontra-se na Gramática de Port Royal. Há que lembrar, contudo, que, anteriormente, no

1- *Grammaire Générale et Raisonnée contenant les fondements de l'art de parler; expliquée d'une manière claire et naturelle; les raisons de ce qui est commun à toutes les langues et les principales différences qui s'y rencontrent; et plusieurs remarques nouvelles sur la langue française* (Paris, 1660).

2- Com base nos princípios básicos do cartesianismo, Antoine Arnauld, a partir da hipótese de que a linguagem em geral era de natureza racional, desenvolveu o estudo e a análise da linguagem. Esse estudo, implantado e naturalizado em Port Royal, culminou com *Grammaire Générale et Raisonnée* (gramática de Port Royal, como passou a ser conhecida) escrita por Antoine Arnauld e Claude Lancelot.

século XVI, Escalígero (1540), Ramus (1559) e Sanchez (1587) igualmente romperam com a tradição humanística e procuraram dar bases filosóficas ao estudo da linguagem. (cfr. PADLEY, 1976, p.58).

A vertente logicista não se inaugurou, pois, com a Gramática de Port Royal. Ela, porém, acentuou, ainda mais, o pendor racionalista da gramática ocidental, que se refletiu nas tradições gramaticais do resto do Continente. Michel Foucault (*Les mots et les choses*, 1966, *As palavras e as coisas*, 1968), situa, no período da G. G. R., a inauguração do epistema clássico, dominante até o final da centúria de Setecentos.

A Gramática de Port Royal surgiu como resposta concreta às insatisfações com a gramática formal do Renascimento. Sua publicação representa, efetivamente, um corte epistemológico, num passo decisivo para o rompimento com a gramática latina.

3.2. A teoria linguística de Du Marsais

Há que destacar, ainda na França, já no século XVIII, a teoria linguística de Du Marsais. Du Marsais colaborou com artigos para a *Enciclopédia* francesa (1751-1772): *L'Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et de métiers, par une société des gens de lettres*, ordenada e publicada por M. Diderot e M. D'Alembert (parte referente à Matemática). César Chesneau du Marsais e Nicolas Beauzée foram os principais autores dos artigos linguísticos da *Enciclopédia* francesa.

Na Inglaterra, destaca-se a teoria linguística de J. Harris (1751). Mas é a França que se destaca como centro de revolução intelectual e política.

3.3 A teoria e a prática pedagógica

A teoria e a prática didático-pedagógica do ensino propugnado pelos iluministas tinha como elemento essencial a idéia de *método* (uma das quatro divisões da Lógica³), “entendido como disposição dos argumentos, como instrumento que punha os recursos dialéticos e retóricos ao serviço da razão e permitia assim construir e comunicar o conhecimento”. (COUTO, 2004, p.13, 14).

A instrução primeira nos usos gerais, comuns a todas as línguas, apregoam os defensores desse método, facilitaria a aprendizagem de toda e qualquer língua. A compreensão do porquê dos fatos linguísticos motivaria o

3- As outras três divisões eram: a origem e natureza das idéias, o juízo e o raciocínio.

discípulo para o estudo e a aprendizagem da sua língua.

Todo um movimento pedagógico e didático é desencadeado, baseado numa racionalização progressiva das noções gramaticais. Quanto à maneira de ensinar, Du Marsais afirma, dentre outras coisas que, quando se trata de instruir os outros, é necessário imitar a Natureza, que, alega, não começa por princípios e idéias abstratas, o que, argumenta, seria começar pelo desconhecido.

A Natureza, pondera, não nos dá uma ideia do animal antes de nos mostrar os pássaros, os cães, os cavalos, etc. “Il faut des principes, sans doute, mais il en faut en temps et lieu”, conclui. (MAUPÉRTIUS et alli, 1970, p. 275,276).

3.4 Vestígios do viés logicista nas gramáticas vernaculares do Ocidente

As gramáticas das línguas vernáculas do Ocidente são tributárias do viés logicista de antecedentes helênico-medievais e cartesianos que se firma com a Gramática de Port Royal (século XVII) e se aperfeiçoa com o Iluminismo filosófico do século XVIII.

Não se podem ignorar as produções realizadas sob a égide da gramática filosófica. Dela muito se utilizou a gramática tradicional, não só na sua divisão e estruturação como compêndio, mas também na apresentação e descrição dos fatos gramaticais, principalmente na classificação e descrição dos *sons fundamentais*, na distribuição e classificação das *partes da oração*, na divisão e classificação das *orações*, nas sintaxes de *regência*, *concordância* e *construção*, etc.

A gramática filosófica fez história em Portugal. Fez também história no Brasil. Pelos títulos das gramáticas, por sua estrutura interna, e principalmente pelo tratamento dado às “partes do discurso”, a gramaticografia dos oitocentos no Brasil é de inspiração essencialmente filosófica.

4. A gramática filosófica de Jerônimo Soares Barbosa

A Gramática de Port-Royal surgiu como resposta concreta às insatisfações com a gramática formal do Renascimento. Sua publicação representa um corte epistemológico e uma ruptura com o modelo latino. Em Portugal, esse corte vem a manifestar-se mais tardiamente, no final do séc. XVIII.

A Academia das Ciências propõe um prêmio a quem escrevesse a

melhor gramática filosófica. Muitos foram os concorrentes. Soares Barbosa é considerado o principal representante do movimento. Sua gramática filosófica da língua portuguesa (*Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa ou Principios da Grammatica Geral applicados à Nossa Linguagem*) é uma gramática de fundamentos lógicos.

Foi lançada nos primórdios do séc. XIX (1ª edição, póstuma, em 1822). Acredita-se que tenha sido concluída em 1803, uma vez que sua Introdução data de 24 de junho desse ano.

Foi muitas vezes reeditada (sete edições: 1830, 1862, 1866, 1871, 1873, 1881). Apesar de todas as edições datarem do século XIX, é notadamente setecentista⁴. Estava imbuída do espírito filosófico do séc. XVIII, com base na Gramática de Port Royal publicada, lembremos, no século XVII (1660).

4.1 O pedagogo e o religioso

Soares Barbosa remete, na Introdução, às obras de que se fez tributário. De outras vem a falar no corpo de sua gramática. Os motivos do silêncio quanto a outras fontes podem ser creditados a uma série de fatores ligados ao contexto sociopolítico e cultural em que vivia.

As ideias e ideais iluministas centravam-se na ciência e na racionalidade crítica, caracterizado pelo questionamento filosófico, na rejeição a toda e qualquer forma de dogmatismo, especialmente o político e o religioso tradicionais. Havia, pois, que escamotear ou silenciar quanto às obras que se batiam exatamente contra as tradições e dogmas então vigentes. Acrescente-se a isso o fato de Soares Barbosa pertencer ao clero português.

Cabia-lhe, como religioso, zelar pelo cumprimento das tarefas do clero português do séc. XVII, época em que “toda produção cultural era vista a partir de fins transcendentais que determinavam sua permissão ou proibição”, posto que “tudo era possível de interpretar à luz dos superiores desígnios da religião”. (FALCON, 1982, p.423).

A força do clero, ligada ao poder econômico, manifestava-se nos ensinamentos, primário, secundário e superior, sob a orientação quase que exclusivamente dos jesuítas, com base nas diretrizes fixadas pela *Ratio Studiorum* (1599), que determinava que todas as atividades fossem realizadas em latim. No entanto, ele estava entre os que se bateram contra os métodos do ensino jesuítico.

4- Em 2004, fomos brindados com uma 8.ª edição da GFLP: BARBOSA, Jerônimo Soares. *Gramática filosófica da língua portuguesa (1822)*, edição fac-similada e comentada, comentários e notas de Amadeu Torres, Prefácio de José V. de Pina Martins, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2004.

Em suas obras, revelam-se o pedagogo preocupado com o ensino e a aprendizagem da língua vernácula, atento às normas e à legislação vigentes, bem como o religioso fiel aos princípios religiosos católicos, embora concordasse com as restrições feitas aos métodos de ensino de línguas dos jesuítas.

Tal como Verney, Soares Barbosa combate os velhos métodos. Bateu-se pela renovação dos métodos de ensino de então, contra a pedagogia dos jesuítas pela qual primeiro se ensinava a gramática latina para, só então, ensinar a gramática do português.

Encontra-se entre os que defendiam que a teoria gramatical não deveria partir da aplicação mecânica dos esquemas gramaticais latinos, mas da teoria da gramática geral ou filosófica, comum a todas as línguas, a partir da língua vernácula, no caso, a língua portuguesa. Não mais, pois, a subserviência ao latim e à sua gramática.

O primeiro estudo indispensável “a todo homem bem creado”, esclarece Soares Barbosa, seria o da gramática da língua nacional, posto que “ainda que não aspire a outra litteratura deve ter ao menos a de fallar e escrever correctamente a sua lingua (...)”. (BARBOSA, 1881, p.XIV).

4.2 Da importância de Jerônimo Soares Barbosa

Para a normatização gramatical, lexical e ortográfica da língua portuguesa, para as novas metodologias para o seu ensino e aprendizagem, para a doutrinação em matéria linguística, para a autonomia da gramática portuguesa na definição, com maior clareza, da orientação da gramática latina em função das necessidades da língua portuguesa, deu importante contribuição a fase de renovação filosófica, especialmente a gramática de Jerônimo Soares Barbosa, durante muito tempo ignorada por nossos estudiosos. Dela é tributária a nossa gramática tradicional.

Barbosa apresenta, já o dissemos em vários momentos, divisões, classificações, teorias e que vieram a ser apresentadas por estudiosos mais recentes como se novidades fossem. De algumas delas damos conta em “*Significação e Relação - a carga semântica dos elementos conectivos -- uma análise da gramática de Jerônimo Soares Barbosa em face da gramática tradicional*”, que demos a público em 2004.

Algumas das colocações e propostas de Mattoso Camara Jr., eminente representante do Estruturalismo entre nós, já se encontram na gramática filosófica de Jerônimo Soares Barbosa, como tivemos oportunidade de demonstrar em algumas de nossas publicações.

5. Uma curiosidade - a Análise Sintática

Há que registrar que os fundamentos da chamada Análise Sintática (inicialmente denominada “Análise Lógica”), durante muito tempo “cavalo de batalha” das aulas de português, estão delimitados na gramática filosófica de Jerônimo Soares Barbosa.

Para esse tipo de análise (Análise Sintática) terá servido de modelo o Capítulo IV - “Aplicação dos princípios d’ esta grammatica ás duas primeiras estanças do Canto I dos ‘Lusíadas’ de Camões” (p.303-315) do Livro IV - Da Sintaxe e da Construção, apresentado como conclusão da GFLP. Nele, Soares Barbosa aplica os princípios apresentados em sua gramática às duas primeiras estâncias do Canto I de Os Lusíadas, de Luís Camões: Análise Geral (p. 304-306), e Análise Particular (p. 306-315).

Quem não se lembra das aulas de Análise Sintática aplicada a trechos de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, trechos estes muitas vezes sabidos de cor, ou “de cor e salteado”, como se dizia?

BIBLIOGRAFIA:

- ARNAULD, Antoine e LANCELOT, Claude. *Grammaire Générale et Raisonnée*, Paris, Publications Paulet, 1969.
- BARBOSA, Jerônimo Soares. *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados à nossa linguagem*, 7ª ed., Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1881.
- _____. *Gramática filosófica da língua portuguesa (1822)*, edição fac-similada e comentada, comentários e notas de Amadeu Torres, Prefácio de José V. de Pina Martins, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2004.
- CÂMARA, Jr., J. Mattoso. *História da Linguística*, trad. de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo, Petrópolis, Ed. Vozes, 1975.
- CARDOSO, Simão Cerveira. “A inter-relação gramatical no ensino das línguas portuguesa e latina”, in Gramática e Ensino das Línguas, BARBOSA, Jorge Morais et alli (org.), Actas do I Colóquio sobre gramáticas (de 25 a 27 de maio de 1998), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Almedina, 1999. pp. 87-93.**
- COUTO, Manuel Amor. “Gramática e teorização linguística em Portugal: a Gramática Filosófica de Jerônimo Soares Babosa”, in *Revista galega de Filologia*, n.º 5, 2004.. pp. 11-31.
- DIDEROT e D’ALEMBERT. *L’encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des*

Sciences, des Arts et de Métiers, par une société des gens de lettres, mis en ordre et publié par M. Diderot, de l'Académie Royale des Sciences et des Belles-Lettres de Prusse; et quant à la partie mathématique par M. D'Alembert, de l'Académie Française, 1751-1772, Paris, Le Breton.

_____. Enciclopédia ou Dicionário Raciocinado das Ciências das Artes e dos Ofícios por uma sociedade de letrados. Discurso preliminar e outros textos, edição bilíngue, trad. Fúlvia Maria Luiza Moretto, São Paulo, Ed. UNESP, 1989.

FALCON, F.J.C. A época pombalina, São Paulo, Ed. Ática, 1982.

FERNANDES, Manuel Gonçalo de Sá. “Amaro de Roboredo, um pioneiro nos estudos linguísticos e na didática das línguas”, Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa, apresentada à Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, sob a orientação dos Profs. Doutores Amadeu Torres e Carlos Assunção, Vila Real, 2002

FONSECA, Maria do Céu. “Epistemologia da Linguística”, in *Diana*, Revista do Departamento de Linguística e Literatura da Universidade de Évora, vol. 3, 4, Portugal, 2002. pp. 17-34.

FOUCAULT, Michel. Les mots et les choses, Une archéologie des Sciences Humaines, Gallimard, Paris, 1966.

_____. As palavras e as coisas, Lisboa, Portugal, 1968.

MAUPERTIUS, TURGOT, CONDILLAC, DU MARSAIS, ADAM SMITH. *Varia Linguística*, préface por Michéle Duchet, Textes rassemblés et annotés par Charles Porset, Collection Ducros, dirigée par Charles Porset, France Editions Ducros, MCMLXX. (1970).

MIRANDA, Margarida, 2002, “A Ratio Studiorum e os Estudos Humanísticos I: Defesa das Humanidades”, in *Boletim de Estudos Clássicos*, vol. 37, Associação Portuguesa de Estudos Clássicos e Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, p. 02.

PADLEY, *Grammatical Theory in Western Snpoe – 1500 e 1700*, subtítulo: “The Latin Tradition”, Cambridge, Cambridge University Press, 1976.

RANAURO, Hilma Pereira. Significação e Relação - a carga semântica dos elementos conectivos. A Gramática Filosófica de Jerônimo Soares Barbosa em face da gramática tradicional, Rio de Janeiro, Editora Universal, 2004.

VASCONCELLOS, José Leite de. Opúsculos, vol. II: Filologia (Parte II), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929. pp.860-919.